



# ANAIS DA ASSEMBLÉIA

## PODER LEGISLATIVO

AVULSO

CURITIBA, TERÇA-FEIRA, EM 18 DE ABRIL DE 2006

ANO XXXI

### *Mesa Executiva*

**HERMAS BRANDÃO**

Presidente - PSDB

**PEDRO IVO ILKIV**

1º Vice-Presidente - PT

**AUGUSTINHO ZUCCHI**

2º Vice-Presidente - PDT

**ARLETE CARAMÊS**

3º Vice-Presidente - PPS

**NEREU MOURA**

1º Secretário - PMDB

**GERALDO CARTÁRIO**

2º Secretário - PMDB

**ELIO RUSCH**

3º Secretário - PFL

**RENI PEREIRA**

4º Secretário - PSB

**PASTOR EDSON PRACZYK**

5º Secretário - PMRB

**ABIB MIGUEL**

Diretor Geral

### *Lideranças*

Líder do Governo ..... Dobrandino da Silva  
Líder da Oposição ..... Valdir Rossoni  
PTB ..... Carlos Simões  
PFL ..... Plauto Miró Guimarães  
PSDB ..... Ademar Traiano  
PMDB ..... Antonio Anibelli  
PT ..... Ângelo Vanhoni  
PDT ..... Luiz Carlos Martins  
PPS ..... Waldir Leite  
Bloco Parlamentar PTB/PL/PMRB ..... Jocelito Canto  
Bloco Parlamentar PP/PSB ..... Cida Borghetti

### *Representação Partidária*

**PMDB** - 14: Alexandre Curi - Antonio Anibelli - Artagão Júnior - Caíto Quintana - Cleiton Kielse - Dobrandino da Silva - Edson Strapasson - Elza Correia - Geraldo Cartário - José Maria Ferreira - Mauro Moraes - Nereu Moura - Rafael Greca - Vandereli Iensen; **PT** - 09: André Vargas - Ângelo Vanhoni - Elton Carlos Welter - Hermes Fonseca - Luciana Rafagnin - Natálio Stica - Padre Paulo Campos - Pedro Ivo Ilkiv - Tadeu Veneri; **PSDB** - 09: Ademar Traiano - Francisco Bühner - Hermas Brandão - Luiz Accorsi - Luiz Fernandes da Silva Litro - Luiz Nishimori - Miltinho Pupio - Nelson Garcia - Valdir Rossoni; **PDT** - 05: Augustinho Zucchi - Barbosa Neto - Luiz Carlos Martins - Neivo Beraldin - Renato Gaúcho; **PPS** - 05: Ailton Araújo; Arlete Caramês - Marcos Isfer - Ratinho Júnior - Waldir Leite; **PFL** - 04: Durval Amaral - Elio Rusch - Nelson Justus - Plauto Miró Guimarães; **PP** - 02: Cida Borghetti - Duílio Genari; **PSB** - 02: José Domingos Scarpellini - Reni Pereira; **PTB** - 02: Carlos Simões - Jocelito Canto; **PL** - 01: Chico Noroeste; **PMRB** - 01: Pastor Edson Praczyk

**AVULSO****SUMÁRIO****Proposta de Emenda Constitucional... 02*****Proposta de Emenda Constitucional:*****PROPOSIÇÃO Nº 031/06**

Art. 1º O artigo 27 da Constituição do Estado do Paraná passa a vigorar acrescido dos incisos XXIV, XXV e XXVI, com a seguinte redação:

“XXIV - Fica vedada a investidura para cargos em comissão do cônjuge, companheiro ou parente por adoção, consanguíneo, em linha reta e por afinidade até segundo grau:

a) de Deputados, no âmbito da Assembléia Legislativa;

b) de Conselheiros, Auditores e membros do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas;

c) do Governador, do Vice-Governador, do Procurador-Geral do Estado e dos Secretários de Estado, no âmbito de sua respectiva hierarquia funcional, ou titulares de cargo que lhes sejam equiparados, no âmbito do Poder Executivo Estadual, na administração direta e indireta, excetuando-se, no caso de nomeação para Secretários de Estado, o profissional de notória qualificação técnica na área para qual for nomeado;

d) de Juízes, Desembargadores e membros, no âmbito do Poder Judiciário;

e) dos Promotores e Procuradores de Justiça no âmbito do Ministério Público Estadual;

f) do Prefeito, Vice-Prefeito e dos Secretários Municipais ou titulares de cargos que lhes sejam equiparados, no âmbito do Poder Executivo Municipal e na administração direta e indireta;

g) dos Vereadores, no âmbito da Câmara Legislativa Municipal; e

h) do Presidente, Vice-Presidente, Diretores, Conselheiros ou titulares de cargos equivalentes, no âmbito da respectiva autarquia, fundação ou instituição mantida pelo Poder Público, empresa pública e sociedade de economia mista e suas subsidiárias.

XXV - Os titulares com prerrogativa de nomeação, em no máximo 180 (cento e oitenta) dias, procederão à exoneração dos atuais ocupantes dos cargos de que trata o inciso XXIV e alíneas “a”, “b”, “c”, “d”, “e”, “f” e “g”.

XXVI - Excetua-se do disposto no inciso XXIV e alíneas, a investidura para cargos em comissão de servidores efetivos, observando-se a compatibilidade do grau

de escolaridade do cargo em origem, a qualificação profissional do servidor e a complexidade inerente ao cargo em comissão a ser exercido, vedada, nesta hipótese, a nomeação ou designação para função subordinada à pessoa geradora da incompatibilidade.

Art. 2º O parágrafo 3º do artigo 27 passará a vigorar com a seguinte redação:

§ 3º A não observância do disposto nos incisos II, III, IV, VIII, IX, XXII, XXIV, XXV e XXVI deste artigo, implicará a nulidade do ato e a punição da autoridade nos termos da lei.

Art. 3º Esta Emenda Constitucional entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 18.04.06.

(aa) CHICO NOROESTE, EDSON STRAPASSON, NELSON JUSTUS, GERALDO CARTÁRIO, NEREU MOURA, ÂNGELO VANHONI, NATÁLIO STICA, VANDERLEI IENSEN, DOBRANDINO DA SILVA, NELSON GARCIA, CLEITON KIELSE, RAFAEL GRECA, MILTINHO PUPIO, ELTON CARLOS WELTER, JOCELITO CANTO, ALEXANDRE CURI, CAÍTO QUINTANA, MAURO MORAES, ARTAGÃO JÚNIOR e PEDRO IVO ILKIV.

**JUSTIFICATIVA:**

Em que pese a notória qualificação dos Parlamentares responsáveis pela elaboração do substitutivo geral da PEC 40, uma análise, ainda que superficial, fere de morte o seu intuito.

Assim sendo, a aprovação precipitada da PEC não atenderá ao interesse público nem ao princípio da moralidade. Senão vejamos.

O *caput* do inciso XXIV apresenta a seguinte redação:

*Fica vedada a investidura para cargos em comissão do cônjuge, companheiro ou parente por adoção, consanguíneo, em linha reta e por afinidade até segundo grau, dos respectivos titulares da prerrogativa de nomeação, inclusive por delegação de competência:*

Ora, a leitura permite concluir que o “parente” do titular da prerrogativa de nomeação não poderá ser nomeado para cargo em comissão.

Agora, pergunte-se: quem possui competência para nomeação no âmbito da Assembléia Legislativa? A mesa diretora. Ou seja, “parente” dos Deputados componentes da mesa diretora não poderá ser nomeado, mas dos demais Deputados poderá.

O mesmo se diga nos demais Poderes. Quem nomeia no Poder Judiciário? O Desembargador Presidente. Assim, seus “parentes” não poderiam ser nomeados. Todavia, inexistiria a vedação para os demais Desembargadores.

Ressalte-se que as alíneas do inciso somente encontram resguardo se interpretados de acordo com o seu *caput*. Logo, permanecendo a redação atual da PEC

40, não só não se alcançaria o seu fim, como também legitimaria maiores absurdos.

Assim, expurga-se tal redação da presente emenda.

Outro equívoco grave que encontramos é na alínea “b” do mesmo inciso. A alínea apresenta uma redação confusa e complexa, não observando princípios basilares do Estado.

O Tribunal de Contas não é “órgão” pertencente ao Poder Executivo. Posto isto, entendemos que o mais conveniente é a divisão em duas alíneas: uma destinada especificamente ao Tribunal de Contas e outra ao Poder Executivo.

Ainda da análise do mesmo dispositivo, encontra-se outro equívoco. A atual redação implica a vedação de nomeação de dois parentes pela mesma autoridade, o que não é objetivo da presente emenda. Vejamos um exemplo prático para o melhor entendimento.

Diz a alínea “b” ser vedada a nomeação para cargo em comissão de “parente” de Secretário de Estado. Logo, se o Governador nomeia o sujeito X para Secretário de Estado, não poderá ser nomeado nenhum parente do sujeito X para outro cargo em comissão no Executivo.

A PEC visa a proibição de que o sujeito X Secretário de Estado nomeie seu “parente” para cargo em comissão. Não é seu objetivo a vedação de que o Governador nomeie o “parente” do sujeito X para qualquer outro cargo em comissão. Não deve haver vedação a dois irmãos serem Secretários de Estado, mas, sim, de que os dois irmãos sejam “parentes” do Governador.

Portanto, a restrição deve ser apenas no âmbito da prerrogativa de nomeação de cada agente, conforme a presente emenda à redação.

Criada mais uma alínea e dada melhor técnica de redação, passamos à análise da “vedação” do nepotismo no âmbito do Poder Executivo.

Certamente a PEC 40/05 visa moralizar a Administração Pública. Sem dúvidas, tal iniciativa é amparada pelos preceitos maiores do Estado Democrático de Direito.

Mas, como notoriamente é divagado pela doutrina, os princípios demandam aplicação interpretativa. Como salienta o Ministro do Supremo Tribunal Federal, Eros Roberto Grau, há uma integração entre os princípios constitucionais formando um verdadeiro “jogo de princípios”. Por este motivo, não há possibilidade de aplicação absoluta de um princípio em detrimento de outro de mesmo nível hierárquico em sede abstrata.

A nomeação de parente para cargo público, por si só, não gera a imoralidade. O abuso infundado, sim. Assim, tem-se que se aplicando conjuntamente os princípios da eficiência administrativa e da moralidade, ambos previstos pelo artigo 37 da Constituição Federal, a melhor leitura que se pode fazer da PEC é a aqui proposta.

É necessária uma limitação ao arbítrio. Há muito que se consagrou o brocardo “todo o Poder emana do povo e em seu nome será exercido”. A Administração

Pública não é de propriedade do governante, sendo este apenas “procurador” do interesse público.

Mas, é inconcebível expurgar-se pessoas **competentes** de seus respectivos cargos pelo fato de serem parentes da autoridade que os nomeou. Ademais, no gênero “Povo” está também o cidadão parente do governante.

Portanto, em nome do melhor atendimento ao interesse público, afigura-se de maior justiça seja vedado o nepotismo, todavia, garantindo a possibilidade de nomeação do “parente” para os cargos em que possua **notória capacidade técnica na área de atuação para a qual for designado**.

Vejamos que o vocábulo “notória”, segundo Aurélio Buarque de Holanda Ferreira, traduz-se em “conhecimento de todos; público, manifesto”. Logo, o controle por esta Casa e pela própria população, contra abusos eventualmente cometidos, torna-se plenamente viável. Por outro lado, garante-se, ainda, a nomeação de pessoa capacitada para o cargo que requisita tal tratamento.

Afinal, quanto maior a capacidade técnica, melhor atender-se-á ao interesse público.

O inciso XXVI da PEC 40/05 igualmente possui uma redação confusa. O excesso de zelo implicou a inoquidade do dispositivo, além de trazer distorções à isonomia que nem mesmo a Constituição Federal de 1988 comportou.

Vejamos sua redação original:

*XXVI - Excetua-se do disposto no inciso XXIV e alíneas **a investidura para cargos em comissão de servidores ocupantes de empregos ou cargo efetivo admitidos por concurso público, ou de qualquer outra pessoa, observando-se a compatibilidade do grau de escolaridade do cargo de origem, a qualificação profissional do servidor e a complexidade inerente ao cargo em comissão a ser exercido, vedada, em qualquer caso a nomeação ou designação para servir subordinado à pessoa geradora da incompatibilidade.***

Há evidente excesso em tal dispositivo. Segundo o artigo 37, II da Constituição Federal, a investidura em cargo ou emprego público depende de aprovação prévia em concurso público de provas ou de provas e títulos, de acordo com a natureza e a complexidade do cargo ou emprego, na forma prevista em lei, ressalvadas as nomeações para cargo em comissão declarado em lei de livre nomeação e exoneração.

Ora, se o servidor é efetivo, é ocupante de cargo ou emprego de provimento efetivo. A recíproca é verdadeira: se o cargo ou emprego é de provimento efetivo, o seu preenchimento pressupõe seja o servidor efetivo.

Remetendo-se novamente à redação do inciso II do artigo 37 da Constituição federal, conclui-se que o servidor somente será efetivo se aprovado em concurso público de provas ou de provas e títulos.

Estas distorções não podem permanecer, pois a Constituição Federal de 1988, através do artigo 19 da ADCT recepcionou e aperfeiçoou toda a estrutura do fun-

cionalismo público, inclusive acomodando e respeitando o ato jurídico perfeito e o direito adquirido, dando aos servidores um tratamento isonômico:

*Art. 19. ADCT. Os servidores públicos civis da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, da administração direta, autárquica e das fundações públicas, em exercício na data da promulgação da Constituição, a pelo menos cinco anos continuados, e que não tenham sido admitidos na forma reguladora pelo artigo 37, da Constituição, são considerados estáveis no serviço público.*

Nem todos os servidores públicos efetivos foram admitidos por concurso. A PEC cria, portanto, uma distinção entre pessoas que se encontram sob o mesmo regime.

A Lei Estadual 10.219/92 previu:

*Art. 70. Os atuais servidores da administração direta e das autarquias, ocupantes de empregos com regime jurídico definido pela Consolidação das Leis do Trabalho, terão seus empregos transformados em cargos públicos na data da publicação desta lei.*

Isso porque, no mesmo diapasão, a Lei Federal 8112/90 previu:

*Art. 243. Ficam submetidos ao regime jurídico instituído por esta Lei, na qualidade de servidores públicos, os servidores dos Poderes da União, dos ex-Territórios, das autarquias, inclusive as em regime especial, e das fundações públicas, regidos pela Lei nº 1711, de 28 de*

*outubro de 1952 - Estatuto dos Funcionários Públicos Civis da União, ou pela Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5452, de 1º de maio de 1943, exceto os contratados por prazo determinado, cujos contratos não poderão ser prorrogados após o vencimento do prazo de prorrogação.*

Ambas as normas serviram para regular uma situação transitória, qual seja a da transposição dos servidores e empregados públicos para um único regime normativo. Já cumpriram o seu papel.

Ambas as normas têm indiscutível constitucionalidade, posto que, anteriormente à Emenda 19/98 (Reforma Administrativa), instituiu para todas as esferas e níveis da administração pública um regime jurídico único. Para tanto, à época (outubro de 1988), foi imposto o prazo de dezoito meses para que se compatibilizasse o quadro de pessoal, segundo está previsto no artigo 24 do chamado Ato das Disposições Constitucionais Transitórias. Em 11 de dezembro de 1990, o Congresso Nacional aprovou e o Presidente da República sancionou a Lei nº 8112/90, que instituiu o “Regime Jurídico Único dos Servidores Públicos Civis da União, das Autarquias e das Fundações Públicas Federais”.

Sendo assim, visando definitivamente a melhor forma de se atender os princípios que regem a Administração Pública, os Deputados que ao final subscrevem apresentam esta proposição de emenda à Constituição.

Para tanto, invocamos o apoio dos nobres Pares.

✍✕= ✍✓= ✍✕ ✍ ✖✖✖✖✖✖✖✖✖✖